



Do porão à primavera: história da antropologia no Brasil e protagonismo político no acervo da Associação Brasileira de Antropologia

Thaís Farias Lassali¹, Amanda Gonçalves Serafim² e Christiano Key Tambascia³

Resumo:

Uma das maiores e mais antigas associações científicas nacionais em atividade, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), tem seu acervo documental depositado no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da Universidade Estadual de Campinas, o que possibilita o acesso à uma preciosa fonte de pesquisa sobre a história das ciências e sobre as políticas públicas no Brasil das últimas décadas. O presente artigo visa apresentar o acervo reunido ao longo da existência da entidade, o que inclui informações sobre as Reuniões Brasileiras de Antropologia realizadas, bem como sobre temas de interesse público que foram acompanhados e interpelados por antropólogos e antropólogas vinculados à ABA. Com a organização e catalogação do acervo no AEL esperamos tornar pública a documentação que - marca do desenvolvimento da disciplina a partir da segunda metade do século passado - é constituída em um constante processo de reflexão sobre seu fazer em um contexto político mais amplo.

Palavras-chave: Associação Brasileira de Antropologia; Arquivo; História da Antropologia

Abstract:

One of the largest and oldest national scientific associations in activity, the Associação Brasileira de Antropologia - ABA (Brazilian Association of Anthropology), has its collection of documents held at the Arquivo Edgard Leuenroth - AEL (Edgard Leuenroth Archive) at the Universidade Estadual de Campinas (The University of Campinas), making it possible the access to a precious research source on the history of science and on public police in Brazil over the last decades. This paper aims to present the collection gathered throughout the association's existence, which includes information on the Brazilian Meetings on Anthropology it has promoted, as well as on themes of public interest which were observed and acted upon by anthropologists linked to ABA. With the organization and cataloging of the collection of documents at AEL we hope to make public the documentation that - mark of the development of the discipline from the second half of the last century - is constituted in a constant process of thinking on its own making in a wider political context.

Keywords: Associação Brasileira de Antropologia; Archive; History of Anthropology

1 Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

2 Mestranda em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

3 Professor do Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).



Introdução

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) foi fundada em 1955, por ocasião da II Reunião Brasileira de Antropologia, ocorrida em Salvador (BA). A decisão havia sido tomada dois anos antes, no primeiro encontro realizado, ocorrido no Museu Nacional no Rio de Janeiro (RJ), em um momento em que faziam parte do projeto apenas “algumas dezenas de pessoas” (CORRÊA, 2003, p. 8). Os congressos da Associação⁴ logo se tornaram o principal fórum de discussão em antropologia no Brasil, e as dimensões atuais dos encontros são indicativos da importância da entidade no campo científico nacional. Por um lado, os temas debatidos nas Reuniões e demais encontros regionais apoiados ou organizados pela ABA refletem o posicionamento da mesma em diversos assuntos da política contemporânea. Por outro lado, antropólogos e antropólogas ligados à ABA também sempre se mostraram atentos aos desdobramentos teóricos resultantes do enfrentamento analítico dos contextos de pesquisa: acompanhar os projetos de desenvolvimento que marcaram a segunda metade do século no país, por exemplo, possibilitou constituir uma agenda de trabalho crítica, mas também teórica, “em sua universalidade”, como certa vez ponderou Roberto Cardoso de Oliveira (1988, p. 114), um dos principais intérpretes dessa história. Nos fóruns da entidade, afinal, constituiu-se uma antropologia reflexiva que, no caso brasileiro, configurou-se afinada com as disputas e tensões políticas que seus praticantes invariavelmente viam-se envolvidos, em contextos urbanos ou naqueles em que a etnologia indígena primeiro se desenvolveu.

Desde o início, a antropologia praticada no Brasil não se furtou a reconhecer a importância de uma análise histórica e política da situação em que o conhecimento científico é produzido. Os desafios entrevistos no trabalho etnográfico, que envolvem antropólogos e antropólogas, e certamente seus interlocutores, permitiram uma dupla reflexão: por um lado, sobre a possibilidade de uma antropologia preocupada teórica e metodologicamente com as condições em que é realizada e, por outro lado, sobre os compromissos éticos e morais com relação àqueles que geralmente compõem os grupos sobre os quais procura-se saber mais - não à toa geralmente aqueles mais vulneráveis no território nacional. Nesse sentido, a ABA tornou-se um importante espaço em que essa crítica reflexiva ocorre junto a debates sobre violências que permeiam os contextos em que o campo antropológico se constitui.

A discussão sobre ética em pesquisa é, atualmente, exemplo dessa forma de encarar analiticamente problemas políticos que, entretanto, sempre foram endereçados nos fóruns da ABA e que se confundem com sua própria história. Afinal, a Associação é considerada “a mais antiga das associações científicas existentes no país na área das ciências sociais”⁵, ao mesmo tempo

4 De 1966, quando a VII Reunião Brasileira de Antropologia foi realizada em Belém (PA), houve um período em que os encontros tornaram-se intermitentes, com um congresso realizado em São Paulo em 1971 e outro em 1974 em Florianópolis (SC), coincidindo com o período da ditadura militar no Brasil. A partir de então as reuniões ocorreram de forma ininterrupta a cada dois anos.

5 ABA. “Apresentação”. Disponível em: <<http://www.portal.abant.org.br/index.php/inicio/apresentacao-aba>>. Acessado em: 21 de julho de 2018.

que, desde seu início, “tem sido voz atuante em defesa das minorias étnicas, dos discriminados e posicionando-se consistentemente contra a injustiça social”⁶. É justamente esse histórico “de luta”, avultado pelo vertiginoso crescimento da Associação a partir da década de 1970, que a tornou tão atuante nas mais diversas questões relacionadas ao respeito aos direitos humanos, principalmente os das populações tradicionais, no país.

O presente artigo tem como objetivo principal apresentar o acervo da ABA, constituído pelo arquivo institucional reunido ao longo de sua existência, e que está atualmente depositado no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL)⁷ da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)⁸. Ao fazê-lo, pretendemos argumentar a favor da importância do debate, da pesquisa e da ampla divulgação da história da antropologia brasileira, singularmente aquela que conduziu e acompanhou discussões fundamentais à luta de diversas populações que reivindicam garantias básicas de cidadania, em especial as sociedades indígenas. O grande acervo da ABA no AEL contém preciosa documentação que conta a história da atuação de suas diretorias e seus parceiros nas últimas décadas, inclusive durante momentos tensos do contexto político nacional, como o acompanhamento dos projetos de desenvolvimento cunhados no período militar recente (muitos dos quais estenderam-se até os dias de hoje, ressaltando a importância da compreensão desses processos históricos), ou mesmo durante a Constituinte de 1988. São cartas, relatórios, estudos e tratativas, entre a ABA e instituições governamentais e não governamentais, bem como com personagens centrais da arena política institucional, da sociedade civil e da academia, dentro e fora do país, cujo estudo permite recuperar o protagonismo da Associação nos debates políticos nacionais recentes.

Nossa aposta é que o compartilhamento de trajetórias e conhecimentos relacionados a esse tópico é de interesse público, em um sentido amplo. Além disso, ao refletirmos sobre a relevância desse acervo também defenderemos a importância de uma etnografia desse arquivo como forma a contribuir com as diversas pesquisas sobre a história da antropologia no Brasil, bem como para a necessidade de uma reflexividade crítica, objetivada na memória produzida sobre a atuação de antropólogos e antropólogas junto à ABA, para uma prática científica ética. Um olhar etnográfico a esse arquivo, para recuperar essas histórias, mas também para compreender como a própria forma como podem ser acessadas permite comentar sobre a antropologia

6 Id. Ibid.

7 O AEL foi criado em 1974, com a chegada de documentos reunidos por Edgard Leuenroth (1881-1968), jornalista anarquista que fundou e contribuiu com diversos jornais e periódicos no país. O Arquivo fica localizado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP. Atualmente abriga documentos relacionados à história social, política e cultural do Brasil e da América Latina, além de documentos relacionados às diversas pesquisas realizadas no instituto, bem como à história intelectual - Dados disponíveis na página do arquivo. Disponível em: <<https://www.ael.ifch.unicamp.br/historico>> & <<https://www.ael.ifch.unicamp.br/edgard-leuenroth>>. Acesso em: 21 de julho de 2018.

8 O presente artigo tem como finalidade apresentar o arquivo da ABA, sua classificação e alguns debates que se destacam nos documentos, com o objetivo de divulgar a outros pesquisadores esse extenso e importante material de pesquisa. Vale lembrar que as discussões relacionadas à história da ABA e à atuação de seus associados não se esgotam nesse pequeno texto. O debate político e as tensões presentes no período de sua existência eram muito mais complexos do que seria possível apresentar aqui. Assim, os contextos apresentados são feitos a partir da perspectiva dos próprios documentos, resultado de uma produção e guarda da própria Associação e de seus membros.





produzida nesse período, nos faz perceber de forma clara e viva a importância desses processos políticos. Isso é particularmente relevante no momento em que esses sujeitos, com os quais a antropologia sempre tratou, reivindicam uma posição de protagonismo que remonta a essas histórias contadas, inclusive ao ocupar espaços de formação antropológicas. Essa é uma história que está longe de estar encerrada.

Os documentos presentes no AEL dizem respeito, majoritariamente, ao período que compreende o final da década de 1970 e o começo da década de 1990. Os mesmos são um retrato das ações perpetradas não apenas por esta instituição, mas também por seus associados e parceiros, em um período bastante conturbado e decisivo da história do Brasil, o final da Ditadura Militar, o processo de redemocratização e o início da dura caminhada de nossa novíssima - e, infelizmente, ainda cambaleante - democracia. Nesse contexto, ocorreram diversas ações, por parte de empresas estatais e privadas, bem como do próprio Estado brasileiro, que terminaram por afrontar os direitos das populações indígenas de norte a sul do país. Alguns dos mais danosos projetos do período aos povos indígenas e comunidades tradicionais foram, sem dúvida, os Planos de Desenvolvimento Nacional, que ainda provocaram impactos profundos, de maneira predatória, a inúmeros biomas no país, ao mesmo tempo em que ameaçavam a ocupação e manutenção justa da terra dessas populações tradicionais, por exemplo atravancando ou impedindo diversos processos de demarcação de áreas indígenas. Apresentaremos de forma breve esse acervo, recentemente objeto de uma organização e catalogação sistematizada, de maneira a demonstrar o grande potencial de pesquisas não só aos interessados na história da antropologia no Brasil e de sua maior associação representativa, como aos interessados na história política nacional, referente à questão fundiária, à energética e aos direitos humanos nos últimos anos.

Uma breve descrição do fundo da ABA

Depositado no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), localizado na UNICAMP, o fundo da ABA abarca documentos produzidos desde a fundação da instituição em 1955 até meados da década de 1990 - documentos que foram doados durante a gestão de Mariza Corrêa (1945-2016), presidente da Associação entre os anos de 1996 e 1998. Corrêa coordenou por muitos anos o Projeto História da Antropologia no Brasil (PHAB)⁹, que produziu diversos acervos antropológicos, alguns dos quais depositados no AEL¹⁰. O fundo criado para a docu-

9 O PHAB, proposto por Manuela Carneiro da Cunha em 1984 e logo assumido por Mariza Corrêa quando Carneiro da Cunha se transferiu da UNICAMP para a USP nesse mesmo ano, tinha como objetivo inicial colher depoimentos de antropólogos e antropólogas que foram centrais no desenvolvimento da disciplina no país. No âmbito do projeto foram colhidos depoimentos em vídeo e áudio, além de estimular o recebimento de acervos doados por esses antropólogos, logo organizados em arquivos. Do PHAB foram produzidas diversas publicações, como os livros *História da Antropologia no Brasil: 1936-1960* (1987) e *Traficantes do simbólico & outros ensaios sobre a história da antropologia* (2013), entre inúmeros artigos, além de várias teses e dissertações, orientadas por Mariza Corrêa ou estimuladas por sua pesquisa.

10 Além do fundo da ABA, o AEL também recebeu o acervo de Roberto Cardoso de Oliveira (1928-2006), bem como o de Donald Pierson (1900-1995) e o de Herbert Baldus (1899-1970). A iniciativa de Corrêa possibilitou

mentação da ABA deve ser compreendido no interior desse projeto mais amplo de história da antropologia.

Os documentos que estão sob a guarda do AEL estão alocados em 723 pastas. Parte importante do fundo foi organizada e digitalizada e conta com 1624 documentos textuais, divididos em 127 pastas, e 38 documentos iconográficos, entre mapas, cartazes, ilustrações e desenhos. Esse trabalho foi realizado recentemente, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) através do projeto “Memória da Antropologia no Brasil: o acervo institucional da Associação Brasileira de Antropologia”¹¹.

O fundo foi dividido primeiramente em seis grupos através da reflexão sobre a trajetória da própria instituição e dos documentos existentes: 1) Projetos de desenvolvimento nacional; 2) Parques e áreas indígenas; 3) Comunidades quilombolas; 4) Conflitos com etnólogos em campo; 5) Política indigenista brasileira; 6) Institucional. Posteriormente, esses grupos foram divididos em subgrupos (Figura 1): 1.1) Projeto Carajás; 1.2) Projeto Polonoroeste; 1.3) Projeto Calha Norte; 2.1) Parque indígena do Xingu; 2.2) Parque indígena do Xingu; 2.3) Parque indígena Tumucumaque; 2.4) Áreas indígenas do Norte; 2.5) Áreas indígenas do Nordeste; 2.6) Áreas indígenas do Centro-Oeste; 2.7) Áreas indígenas do Sudeste; 2.8) Áreas indígenas do Sul; 5.1) Índios e a Constituinte; 5.2) Direitos indígenas.

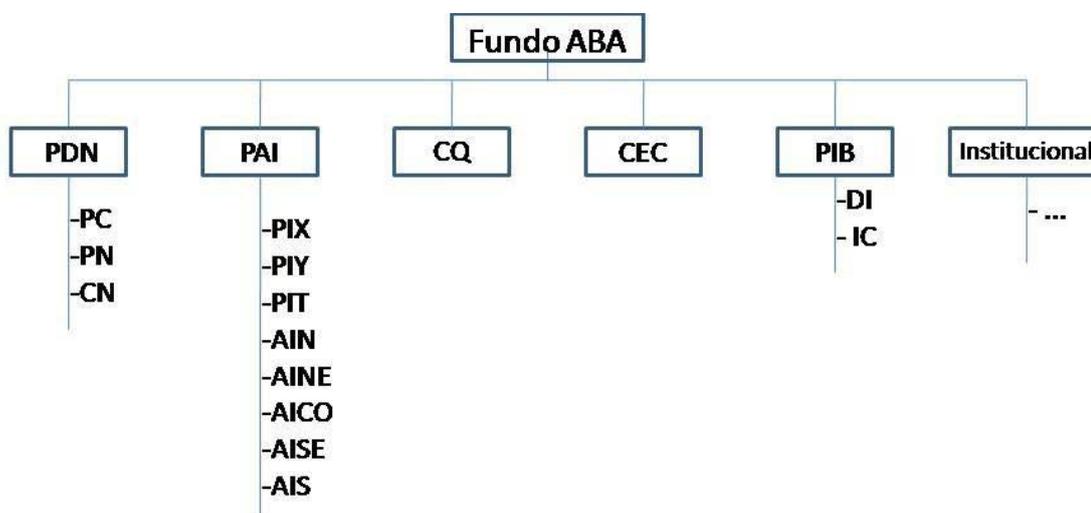


Figura 1 - Modelo visual para o quadro de arranjo do Fundo da ABA

a incorporação de outros acervos antropológicos e etnográficos nos anos seguintes, tornando o AEL um importante arquivo da história da disciplina no Brasil.

11 Esse projeto de treinamento técnico estava vinculado ao projeto “Constituindo arquivos: a produção da memória para a história da antropologia através do colecionismo de Nimuendaju e Fagg”, coordenado por Christiano Key Tambascia e contou com a participação de Amanda Gonçalves Serafim, Marcos Pedro Magalhães Rosa e Thais Farias Lassali. Havia um duplo objetivo na oferta desse projeto: ao mesmo tempo, propiciar, aos integrantes do mesmo, experiência profissional em arquivos e possibilitar o desenvolvimento de ferramentas que facilitem aos pesquisadores interessados o acesso a importantes fundos documentais sobre a História da Antropologia Brasileira. Atualmente está em curso um segundo projeto, realizado por bolsistas do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) da UNICAMP, para continuar o trabalho de catalogação desse material, priorizando a documentação administrativa da entidade.





Todos os grupos compreendem documentos produzidos pela ABA, seja por antropólogos associados à instituição, por funcionários da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), ou então por terceiros, sendo estes agentes ligados a órgãos governamentais, por jornalistas, ou mesmo donos de terras etc. O grupo *Projetos de desenvolvimento nacional* agrupa documentos relativos aos projetos colocados em prática pelo governo brasileiro em conjunto com empresas privadas, e sua correlação com populações indígenas e o meio ambiente; já o grupo *Parques e áreas indígenas* está relacionado à criação, manutenção e proteção de lugares que salvaguardam os direitos, a cultura e a vida de populações indígenas, agrupando documentos com respostas aos ataques e invasões ocorridas nesses espaços e territórios; o grupo *Comunidades quilombolas* está relacionado à proteção dos direitos dessas comunidades; o grupo *Conflitos com etnólogos em campo* agrupa documentos relativos à intermediação, principalmente com a FUNAI, de conflitos causados pela presença ou pesquisa de etnólogos em campo no Brasil; o grupo *Política indigenista brasileira* está relacionado às ações e leis colocadas em prática pelo Estado brasileiro, principalmente no âmbito legislativo e no tocante às atividades institucionais da FUNAI, lidando, de maneira abrangente, com o Direito Indígena e, de modo mais específico, com o período da Constituinte; por fim, o grupo *Institucional* está relacionado aos associados, à organização de eventos científicos e à questões burocráticas da própria ABA.

O instrumento de pesquisa criado em decorrência desse trabalho é um conjunto de planilhas, que oferece uma visão pormenorizada dos itens da coleção, descrevendo-os nos aspectos que se mostraram essenciais. Essa planilha foi composta para divulgar aos interessados o tipo de material que pode ser encontrado nesse fundo e para guiar o acesso do pesquisador na localização de documentos. Por outro lado, essa tabela, como um panorama do fundo, foi pensada para informar, sempre que possível, a ligação entre os documentos que acabaram dispersos. Percebemos, dessa maneira, que o ideal para a organização da documentação seria não apenas a criação de uma única tabela, mas um conjunto de tabelas interconectadas.

Assim, depois de alguns meses de trabalho no âmbito do projeto mencionado, foi possível chegar ao conjunto de 6 planilhas que, esperamos, possam guiar pesquisadores interessados no material. Cada conjunto se refere a uma série documental, e esses correspondem aos temas de interesse da ABA, como o *Projeto Carajás*, o *Projeto Polonoroeste*, o *Parque Indígena do Xingu* etc. Cada planilha, por sua vez, é composta por seis tabelas independentes: a primeira é sempre um guia geral com 5 colunas: o *Número* é a identificação do documento, a *Pasta* é o local físico onde o documento pode ser encontrado, as *Tabelas*, são os locais onde os documentos são descritos. Dessa maneira, por exemplo, o documento 12 da série *Projeto Carajás* está localizado na *Pasta* 2 e corresponde a um conjunto de *Textos* e de *Atas de reuniões* que são descritos nas tabelas de *Textos* e na tabela de *Atas de reunião*.

As tabelas descritivas são cinco: *Textos*, *Correspondências*, *Jornais*, *Mapas* e *Atas de Reunião*. Cada uma é organizada de forma a respeitar a própria natureza do documento. A tabela de

textos busca informar o tipo de texto em questão, como, por exemplo, relatórios, artigos, decretos, etc. A autoria informa o nome completo da pessoa, como “Maria Manuela Carneiro da Cunha”, e também a assinatura, que é a maneira pela qual o documento é assinado, como “Manuela”, e a instituição em nome da qual essa pessoa se pronuncia, como por exemplo “Associação Brasileira de Antropologia”. Encontram-se, nessa tabela também, os seguintes dados dos documentos: o título, a data do texto, o assunto, o local de produção e as possíveis observações relacionadas aos temas em questão. As outras tabelas atendem a uma lógica similar, buscando abarcar a especificidade de cada tipo de documentação.

Dessa maneira, sabemos, através da *Guia Geral*, que o documento 12 da série *Projeto Carajás* é descrito na tabela de *Textos* e na tabela de *Atas de reunião*. Na tabela de *Textos*, por exemplo, é informado que se trata de um relatório sobre a assessoria prestada por Iara Ferraz ao *Projeto Ferro-Carajás*, escrito em maio de 1983. A informação de que há uma ata de reunião anexa a esse texto é repetida no campo *Observações*. Na planilha para *Atas de Reunião* encontramos os seguintes detalhes sobre essa ata: ela se intitula “Conversa na Varanda”, aconteceu no Posto Indígena Mãe Maria em 12 de abril de 1983 e visava discutir o descontentamento de indivíduos do grupo Gaviões de Mãe Maria em relação às atividades do *Projeto Carajás*. Sabemos também, por essa tabela, o nome das pessoas que assinaram a ata e que, junto a ela, está anexo um relatório, aquele descrito na tabela de textos. É importante frisar que tanto a ata de reunião quanto o relatório são designados como “Documento 12” e que são encontrados juntos na pasta 2, conforme depreendemos a inseparabilidade desses dois itens para a ABA, resguardando assim o sentido e a unidade que a instituição conferiu aos documentos.

Compartilhando trajetórias e conhecimentos

Mais do que um pano de fundo para a conturbada década de 1980 no Brasil, os Projetos de Desenvolvimento Nacional são a epítome da maneira como o Estado brasileiro agiu na época, bem como tem agido historicamente, em favor de um projeto de nação que não parece incluir a diversidade do país, em todas as suas formas. Entretanto, essa é uma afirmação que precisa ser melhor qualificada, afinal, como nos lembra Ailton Krenak:

quando a gente diz: ‘há o interesse das multinacionais, há os interesses do capital’, é uma forma de inventar conversa fiada e de não explicar as coisas direito. Os interesses têm identidade, e só quando essa identidade estiver claramente estabelecida é que poderemos conversar e construir essa nação (KRENAK, 2015, p. 28-29).

É justamente nesse sentido que os documentos reunidos pela ABA alocados no AEL ganham muita relevância. Eles destacam os atores que articularam projetos como o Calha Norte, o Carajás e o Polonoroeste; nos permitem acompanhar os sujeitos que, em meio à Constituinte,





tentaram aprovar leis de exploração do solo danosas às populações tradicionais, ao mesmo tempo que vemos também as movimentações contrárias a essas. Assim, o fundo da ABA ajuda a “explicar as coisas direito” (KRENAK, 2015, p. 29). Por exemplo, já nos primeiros documentos do subgrupo *Projeto Carajás* podemos encontrar projetos, tabelas e relatórios de autoria da Companhia do Vale do Rio Doce (CVRD)¹² (intitulados “Projeto Ferro Carajás - ‘Encontro’ com o Sucar” e “Termos de referência para a contratação dos Estudos da questão indígena na área do corredor da E.F.C.¹³”), da Organização dos Estados Americanos (“Tribal people in bank-financed projects”) e da Federação das Indústrias do Estado do Pará (“Teses do empresariado paraense sobre o Programa Grande Carajás”).

E isso se repete nos outros subgrupos e no fundo, de uma maneira geral. Nos deparamos com nomes de empresas e organizações bastante conhecidas, que ouvimos falar e falamos sobre, mas que muitas vezes nos parecem imateriais, quase virtuais. Entretanto, por meio do arquivo conseguimos esbarrar na materialidade que elas ganham, seja pelo próprio papel, seja na forma das letras batidas em máquina de escrever e da tinta das canetas que assinaram os nomes dos autores daqueles documentos. Eles foram escritos por agentes concretos, agindo em situações históricas precisas, que atuaram nesse processo que convencionamos chamar Projetos de Desenvolvimento Nacional. Ou seja, foram desenvolvidos por pessoas que parecem ser menos a materialização abstrata dos “interesses do capital” do que, na realidade, partes fundamentais do próprio procedimento e do estabelecimento da “identidade” desses tais interesses.

Foi em resposta a esse processo que a ABA decidiu participar do convênio que entre si celebraram a CVRD e a FUNAI. Isso se deu na forma da nomeação de antropólogos indicados para acompanharem, junto às comunidades e áreas indígenas atingidas, o processo de implementação do Projeto Carajás¹⁴. É possível averiguar na documentação presente no AEL que o principal objetivo da comunidade antropológica com o convênio era ampliar a participação indígena no andamento do Projeto, ao mesmo tempo em que visavam reduzir ao máximo os danos causados pelo mesmo, partindo do pressuposto que essas intenções também eram compartilhadas com a FUNAI e a CVRD. A partir do momento em que se tornou flagrante o descompasso de propósitos em relação ao acordo, a Associação Brasileira de Antropologia decidiu por encerrar sua participação¹⁵, sempre tendo como norte o interesse das populações que visava auxiliar e defender.

Esse é um dos motivos pelos quais:

12 Nome utilizado pela empresa no período em questão e é a notação encontrada nos documentos; atualmente denominada Vale.

13 Sigla para Estrada de Ferro Carajás.

14 Conforme os documentos textuais 24 e 25 da pasta 4, e 53 da pasta 8, pertencentes ao subgrupo *Projeto Carajás*, dentro do grupo *Programas de Desenvolvimento Nacional*.

15 Conforme os documentos textuais 161 da pasta 22 e 183 e 189 da pasta 23 de mesmo grupo e subgrupo daqueles citados na nota anterior.

é importante que a ABA estimule as investigações sobre o papel que veio a assumir enquanto intelectual coletivo e ator político, bem como favorecendo as comparações entre a história do conhecimento antropológico sobre os povos indígenas no Brasil e os processos de formação de outras antropologias. Ou seja, que aprofunde a reflexão e que faça valorizar a originalidade de sua experiência, contribuindo ativamente na produção de memórias e saberes sobre si mesma (OLIVEIRA FILHO, 2006, p. 78).

Oliveira Filho (2006) faz uma análise sobre a atuação da entidade, através de seus ex-presidentes e coordenadores de comissões, frente a diversas questões indigenistas ao longo dos anos. O autor se indaga de que forma antropólogos com formações e concepções teóricas diferentes convergiam nas intervenções políticas realizadas pela ABA. A resposta a essa questão está relacionada à forma de suas contribuições: através do conhecimento oriundo das pesquisas de seus associados e dos debates que os mesmos participam.

O autor destaca três eventos em que a ABA teve um papel importante na política indigenista. Como reflexo dessa importância, dois desses eventos aparecem em muitos documentos da Associação possíveis de serem encontrados no AEL¹⁶: o primeiro, que ocorreu no início da década de 1980, é sobre a proibição da FUNAI de que vários antropólogos tivessem acesso a áreas indígenas; o segundo, que ocorreu no final da mesma década, é sobre as questões indígenas em debate na elaboração da Constituição de 1988.

O primeiro evento corresponde, no fundo da ABA, ao grupo *Conflitos com etnólogos em campo*. O grupo contém 250 documentos, dentre textos, correspondências, recortes de jornais, mapas e atas de reunião, sobre os desdobramentos das determinações da FUNAI e outros conflitos envolvendo antropólogos e índios. Vale destacar as muitas cartas recebidas e enviadas pela associação na intermediação das autorizações para pesquisas em áreas indígenas causadas pelos impedimentos impostos pela FUNAI. Nesse período, muitas autorizações já emitidas foram suspensas e novos pedidos foram negados em decorrência das novas normas para ingresso em áreas indígenas feitas pela Fundação. Além dessa questão, outros conflitos também aparecem e podem ser conhecidos, garantindo concretude a essas disputas, como o caso do antropólogo e biólogo Darrell Addison Posey (1947-2001) e de índios Kayapó, atacados por críticas feitas ao governo durante um simpósio realizado nos EUA¹⁷.

16 O terceiro se refere à elaboração do Decreto 1775, entre 1995 e 1996, cujo objetivo “era modificar em pontos cruciais toda a sistemática administrativa relativa à criação e regularização das terras indígenas.” (OLIVEIRA FILHO, 2006, p. 75).

17 Os índios Kayapó Paulinho Paiakã e Kube-I-Kayapó foram convidados para participar de um simpósio sobre o manejo de florestas tropicais em Miami (Flórida - EUA), em 1988 e foram acompanhados por Darrell Posey, antropólogo americano que realizava pesquisa vinculada ao Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). Durante o evento Paulinho Paiakã e Kube-I criticaram a construção da hidrelétrica de Altamira. O governo brasileiro não tardou a responder, processando os índios e o antropólogo através da lei dos estrangeiros, que poderia acarretar na expulsão do território nacional de Posey e dos índios Kayapó. Esse caso pode ser lido nas correspondências de número 78, 80 (ambas encaminham diversos recortes de jornais sobre o processo, e estão na pasta 89), 82, 88, 89, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 99, 100 (referentes a pasta 90); no textos 81 (processo instaurado pelo Ministério Público e a defesa do





O segundo evento corresponde, de uma maneira geral, ao grupo *Política indigenista brasileira*, formado por dois subgrupos: *Direitos indígenas* e Índios e a Constituinte. Os subgrupos contêm, respectivamente, 258 e 225 documentos, dentre textos, jornais, correspondências e atas de reunião, sobre as atividades realizadas pela Associação Brasileira de Antropologia em relação à política indigenista colocada em prática pelo Estado brasileiro, principalmente no âmbito legislativo e no tocante às atividades institucionais da FUNAI, relacionadas à Constituinte. No primeiro subgrupo, essa política está relacionada a casos ligados aos períodos anterior e posterior à promulgação da Constituição de 1988, enquanto o segundo se ocupa apenas desse episódio específico.

A formação da Comissão Provisória de Assuntos Constitucionais, ou Comissão Afonso Arinos, como também era conhecida, e a consecutiva promulgação da Constituição de 1988 contendo o famoso capítulo “Dos Índios”, seria impossível, entretanto, sem a participação de atores que já estavam anteriormente se articulando para sua promulgação, ABA inclusa. Como lembra Cristina Pompa:

Com efeito, o final da década de 1970 e o início da de 1980 foram marcados pela visibilidade crescente dos movimentos indígenas, que levaram a questão da cidadania e dos direitos dos índios à Constituinte, propondo uma revisão do Estatuto do Índio. Por outro lado, no plano da reflexão antropológica, a reconfiguração da própria noção de “direito indígena” levava cada vez mais os etnólogos engajados na causa indígena e indigenista à busca dos fundamentos históricos e jurídicos daquelas que em breve viriam a se chamar de políticas de reconhecimento (POMPA, 2012, p. 68).¹⁸

antropólogo e dos índios Kayapó - pasta 89); e nos recortes de jornal 84 (pasta 90) - todos pertencem ao subgrupo *Conflitos de Etnógrafos em Campo*. Pode parecer surpreendente que não apenas o antropólogo norte-americano tenha sido ameaçado com a referida legislação, mas também os dois representantes dos povos indígenas. Entretanto, a tensão das tênues separações (e consequentes políticas instituídas) entre o estatuto de tutela e a possibilidade de emancipação à época, constituída ao longo de décadas, parece se manifestar aqui negativamente, pela própria ameaça da perda de reconhecimento legal por parte do Estado, sobretudo em um contexto em que as críticas ao governo foram feitas fora do país, animando o imaginário do governo militar especialmente sensível à questões de soberania nacional. A lógica perversa nesse caso parece equiparar a luta por autonomia e a crítica à tutela não apenas à possibilidade de emancipação legal, mas à suspensão da cidadania. Sobretudo porque, como explicou Manuela Carneiro da Cunha (1987), não era exigida da União, como entidade tutora, prestar contas de suas ações: seja individualmente, por exemplo negando a emissão de um passaporte para Mário Juruna em 1980, ou atuando contrariamente aos interesses das comunidades em diversos casos.

18 No plano da reflexão antropológica é inescapável comentar sobre a contribuição de John Monteiro (1956-2013), professor do Departamento de Antropologia da UNICAMP. Suas reflexões aliaram história e antropologia e acabaram por reexaminar a tradição historiográfica e antropológica brasileiras do século XIX e da primeira metade do século XX, que relegaram aos indígenas posicionamentos passivos frente à própria história. Monteiro privilegiava a participação indígena na construção da história do Brasil, contestando “o paradigma consagrado da polarização irreduzível entre mundo colonial e mundo indígena. (...) Essa história, que via os índios agirem dentro dela na medida em que a construía, estava se colocando prepotentemente no cerne das preocupações teóricas e das pesquisas empíricas de antropólogos engajados no apoio ao movimento indígena e na reivindicação de seus direitos de cidadania, movimento e direitos que, além dos fóruns políticos de debate, ocupavam espaços acadêmicos, nos GTs da Anpocs e da ABA.” (POMPA, 2012, p. 69-70).

Recentemente, em fala pública no evento “30 anos da Constituição e o capítulo ‘Dos índios’ na atual conjuntura”, realizado em junho de 2018 na UNICAMP, Ailton Krenak refletiu sobre o período aqui retratado e definiu a década de 1980 no Brasil como “a primavera indígena”. Ailton Krenak lembrou, de forma contundente, do contexto de luta para incluir na Carta Magna um debate fundamental sobre a relação entre o Estado e as populações indígenas no Brasil. Muitas das movimentações que o levaram a caracterizar essa época de tal maneira estão presentes no fundo da ABA alocado no AEL, em um arquivo que ainda falta ser devidamente etnografado.

O desenvolvimentismo defendido pelos governos militares, do qual os projetos colocados em prática nas regiões norte e centro-oeste são apenas uma parte, sempre teve como orientação a “integração” das comunidades indígenas. Nesse contexto, “integração” parece significar apagamento da diferença: os povos indígenas “deveriam” deixar de lado sua origem étnica, negar suas identidades tradicionais, a fim de se incluírem sob a égide de uma ideia centralizadora de nação.

No decorrer da década de 1970 surgiram, com apoio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) inúmeras assembleias para discussão dos problemas e das demandas específicas de cada grupo ou etnia indígena. Entretanto, a questão se agravou quando, em 1978, o governo militar começou a ventilar a proposta de emancipar os índios, ideia que se manteve durante todo o início da década de 1980¹⁹. Ficou evidente a necessidade de uma organização que superasse as questões particulares e se preocupasse com os direitos indígenas em escala nacional.

É nesse sentido que surgiram, em 1979, as primeiras movimentações que resultaram na fundação da União das Nações Indígenas (UNI), que ajudou a pautar as discussões do indigenismo brasileiro na década de 1980 do ponto de vista da auto-representação - projeto que desde o início enfrentou resistência por parte do Estado. A entidade, em aliança com os diversos movimentos de apoio aos povos indígenas no período, conforme é possível averiguar no Fundo da ABA, foi especialmente importante em barrar movimentações, por parte do legislativo e de ministérios específicos, que visavam cassar direitos das populações tradicionais. Ela foi considerada pelo então presidente João Figueiredo como inconveniente²⁰. No mesmo período do começo das tratativas da UNI, Mário Juruna (1943-2002) se mostrava uma voz presente, buscando atuar em favor da demarcação das terras xavantes. Sua luta teve tamanho reconhecimento a ponto de fazê-lo ser convidado, junto com o antropólogo Darcy Ribeiro (1922-1997), para participar do Tribunal Bertrand Russel de Direitos Humanos, realizado em 1980 na Holanda, que procurava julgar as violências perpetradas contra as populações indígenas do mundo todo²¹. Sua presença no

19 Conforme pode ser lido nos documentos retirados de jornais e revistas de número 33 (pasta 112), 180, 184 (ambos da pasta 121) 216 (pasta 122 e na carta enviada à Eunice Ribeiro Durham correspondente ao documento 10 da pasta 111). Todos pertencem ao subgrupo *Direitos Indígenas*.

20 Essa informação pode ser encontrada no documento 195 da pasta 121, pertencente ao subgrupo *Direitos Indígenas*, um recorte de jornal retirado da Folha da Tarde do dia 30 de março de 1981.

21 As intenções do Tribunal Bertrand Russel podem ser encontradas no documento 169 da pasta 120, pertencente ao subgrupo *Direitos Indígenas*. Foi para participar desse encontro na Holanda que Mário Juruna teve a emissão de seu passaporte negada, conforme relatado por Carneiro da Cunha (op. cit.) e mencionado na nota 14 do presente artigo.





Tribunal foi proibida pelo governo militar brasileiro, que chegou a ameaçá-lo de ser emancipado caso viajasse até Roterdã²². Esse tipo de tentativa de coação partia da seguinte convicção: “como órgão tutelar, a FUNAI [acreditava] que os índios, individualmente, deveriam poder pedir sua emancipação, na medida em que já [estivessem] integrados à sociedade”²³.

Foi sob esse intenso fogo cruzado e sob a necessidade de aumentar a representação e a participação indígena em esferas decisórias que ganhou força a candidatura e acabou por eleger-se o próprio Juruna, que havia se filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) do Rio Janeiro, como o primeiro deputado federal indígena, em 1982. Uma das diversas respostas dadas pelo governo militar da época foi a nomeação, já em 1985, de Álvaro Villas Boas (1926-1995) para a presidência da FUNAI, o que descontentou os setores indigenistas do país. Em carta enviada ao então presidente da Câmara dos Deputados, deputado Ulysses Guimarães (1916-1992), Juruna questiona quem estaria apoiando esse tipo de atitude, citando nominalmente empresas mineradoras e madeireiras²⁴.

Ailton Krenak, importante membro para a formação e institucionalização da UNI, refletiu da seguinte maneira sobre o contexto:

A partir do momento que Mário Juruna passou a legislar, criando a Comissão do Índio e um projeto de lei que propõe a reestruturação da FUNAI, ele passou a incomodar o Estado. E aí começou o movimento para impedir que ele continuasse seu trabalho dentro do Congresso. (...) Na verdade, não era Mário Juruna que estava sendo cassado, mas era o povo indígena, eram todas as nações indígenas. (KRENAK, 2015, p. 23-24)

A resposta da sociedade civil ligada à causa fora imediata. Como era de se esperar, dado o histórico de posicionamentos da instituição, a ABA se mostrou atenta ao processo e, na figura do seu então presidente, Gilberto Velho (1945-2012), não apenas tentou se mobilizar, a partir de seus associados, como também se posicionou publicamente. Como declarou o antropólogo na ocasião:

A unidade de uma nação faz-se através de uma convivência entre os seus diferentes segmentos e grupos sociais. A noção de pluralismo cultural, tão cara à Antropologia, não significa o esvaziamento dos valores nacionais, mas a sua complexificação e enriquecimento.²⁵

Ainda sobre esse período pré-Constituinte, é possível encontrar uma carta de junho de 1987 assinada por Ailton Krenak e outros, em nome da UNI, que visava justamente aumentar a

22 O caso pode ser acompanhado nos documentos, em sua maioria recortes de jornal, de número 173, 174, 175, 176 e 177 da pasta 121, pertencente ao subgrupo *Direitos Indígenas*.

23 Excerto retirado de recorte de jornal, do Jornal O Globo de 21 de dezembro de 1980, encontrado no documento 159 da pasta 120, que pertence ao subgrupo *Direitos Indígenas*, grifo nosso.

24 Conforme o documento 152 da pasta 120, pertencente ao subgrupo *Direitos Indígenas*.

25 Conforme o documento 231 localizado na pasta 125, integrante do subgrupo *Direitos Indígenas*.

participação indígena nas camadas decisórias do Estado brasileiro. São eles: I Djarruri Karajá, Mairawê Kaiabi, Karai Mirim, Apolônio Xocó, Marcos Terena, Moura Tucano, Orlando Baré, Reinaldo Ticuna e Ozair Kaxinauá.

O documento tem o objetivo de iniciar um diálogo com o então Ministro da Cultura, Celso Monteiro Furtado, apontando possibilidades para as políticas governamentais em relação às populações indígenas. É justamente nesse contexto que os remetentes se referem ao desenvolvimentismo como uma diretriz da ação do governo brasileiro no que toca aos indígenas e demonstram clareza em relação às ações perpetradas contra o índio brasileiro. Dizem eles:

O que move a ação governamental, nestes contatos, tem sido sistematicamente, a urgência desenvolvimentista que, invariavelmente, atinge nossas comunidades sem prévias medidas de proteção e garantias. Se para os grupos étnicos ainda autônomos – sem contato com as frentes de colonização – a regra é o desrespeito, para as comunidades localizadas – já aldeadas ou em reservar, especialmente os mais de 33 mil indígenas, de 24 etnias, que habitam a costa brasileira se estendendo por todo o Nordeste – o reconhecimento e a prestação dos serviços essenciais são substituídos pela ação perversa e desagregadora do órgão responsável pela política indigenista. Lutar pela reorientação destas políticas públicas globais que direta ou indiretamente afetam a qualidade de vida de nosso povo, expropriando e desagregando os espaços ambientais, bem como desestruturando culturalmente nossa gente indígena, deve ser tarefa não só de órgão específico, mas de todas as iniciativas lúcidas e responsáveis que pudermos reunir.²⁶

É sob esse mesmo contexto que os remetentes se voltam para o seguinte diagnóstico:

Experimentamos nesta última década [anos 1980], com uma maior participação da sociedade civil na definição das políticas governamentais, um pequeno avanço enquanto sociedade nacional, e um significativo grau de organização e mobilização das populações indígenas na ocupação de seu espaço como sujeito político.²⁷

De uma maneira geral, o que o documento mostra é justamente o posicionamento ativo, por parte dos sujeitos indígenas, na defesa de seus direitos. Ao mesmo tempo, é possível aferir a relação entre as movimentações contrárias à manutenção do Regime Militar, a crescente participação civil na vida política brasileira e, concomitantemente, a crescente tomada de posicionamento por parte dos povos indígenas em relação aos processos políticos que os afetam diretamente.

A “ocupação de seu espaço como sujeito político” por parte das lideranças indígenas no decorrer da década de 1980 foi essencial para intensa discussão pública ao redor do capítulo sobre as questões indígenas na Constituinte. O que o caso da viagem de Juruna para a participação no

26 Citação retirada do documento 89, presente na pasta 116, nas páginas 1 e 2.

27 Idem à nota anterior, página 2, grifo nosso.





Tribunal Bertrand Russel, sua atuação no Congresso e o início das atividades da UNI apontam, é justamente para um momento especialmente pungente de reivindicação do protagonismo por parte desses sujeitos. Ao mesmo tempo, fica latente a importância da ABA em, primeiramente, ser uma voz ativa e atuante de apoio a esses atores e, por consequência, acabar por formar um acervo tão rico que acabou por registrar suas ações e estratégias de luta.

Tanto o Marçal²⁸, quanto o Juruna, um na questão da terra, outro na cidadania, foram dois grandes exemplos de pensadores que não deixaram muitas anotação sobre suas ideias. Eles foram, partiram, e puxaram uma fila de grandes lideranças que foram sem que tivesse ficado registrado uma parte importante de seus pensamentos.²⁹

Ainda que seja muito relevante o fato desses sujeitos não terem deixado suas ideias registradas, o que, por si só, seria assunto suficiente para um outro artigo, o fundo da Associação Brasileira de Antropologia alocado no AEL parece constituir um importante espaço para que essa memória seja retomada, na forma de registro e exercício de uma consciência histórica e luta política. Os exemplos mencionados aqui indicam o potencial reflexivo que uma análise desse arquivo expõe, bem como reforçam a impressão de que a década de 1980 tenha sido, de fato, uma espécie de primavera para a história do pensamento e da luta dos povos indígenas no Brasil. É possível encontrar no arquivo diversos tipos de registros históricos da atuação, não apenas de Juruna, Marçal e Krenak, como de tantos outros sujeitos que encontraram na ação política uma maneira de buscar direitos. Procuramos, dessa forma, dar destaque às inúmeras possibilidades de pesquisa e de compreensão histórica que podem desabrochar com uma etnografia do acervo da ABA depositado no AEL.

*

Buscamos nesse artigo apresentar o arquivo da ABA e o trabalho de sua organização no AEL, de forma a apontar a importância da manutenção da memória de suas atividades nas últimas décadas, bem como do potencial analítico desse acervo documental. Entretanto, não podemos nos furtar a ponderar, ainda que brevemente, sobre essa reflexividade histórica direcionada à mais representativa associação de antropologia no Brasil. Afinal, partilhamos da proposta de um olhar etnográfico ao arquivo (Stoler, 2002; Cunha, 2004, 2005) como forma de dar conta não apenas da história da ABA, tal como contada por essa documentação, mas também da reflexão sobre o seu

28 Marçal Tupã-Y de Souza Guarani participou da fundação da UNI. Existem no subgrupo Áreas Indígenas do Centro Oeste diversos documentos sobre a mobilização causada por sua morte.

29 KRENAK. In: MILANEZ. “Se o bicho avançar, vamos encarar de pé”, diz Ailton Krenak”. *Carta Capital*, disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/201cse-o-bicho-avancar-vamos-encarar-de-pe201d-diz-ailton-krenak-1118.html>>. Acesso: em 25 de junho de 2018.

papel como uma instituição ciosa do potencial heurístico da preservação dessa historiografia para a constituição desse espírito crítico tal como exercitado. Com isso queremos chamar atenção para o próprio trabalho de produção da memória: inicialmente pela ABA e posteriormente pelo AEL.

A história que foi preservada, na forma de uma ordenação desses processos e estudos objetivados em arquivos, ainda merece olhares demorados e curiosos para eventos de nossa história permeados por violência e tensão. Não obstante o cuidado necessário com as dimensões próprias do exercício de um poder que se faz na tecnologia da informação documental, também é crucial que se perceba que esse material é marcado por uma propriedade mais tênue e difusa (ainda que não menos importante e relevante), referente à produção de identidades e subjetividades: paradoxalmente, na mesma medida em que as mesmas são refletidas nesses documentos. Trata-se de complexificar a análise da política entrevista nos exemplos aqui recuperados (e em grande parte do restante do acervo), em situações históricas precisas do campo científico brasileiro.

Essas considerações um tanto breves e apenas indicativas do trabalho de etnografia dessas fontes e o que isso pode revelar e produzir, também são indícios da complexidade e dificuldade de uma análise dessa historiografia sobre a ABA. Afinal, se na academia, depois de décadas de crítica a um objetivismo realista, parece ser possível argumentar pelos ganhos analíticos de uma reflexão da intersubjetividade do conhecimento produzido, o mesmo não parece acontecer quando essa mesma comunidade científica (sem contar seus interlocutores de pesquisa, que têm lidado com o Estado e agentes da sociedade nacional de forma tensa desde tempos imemoriais) se vê às voltas com a ingrata tarefa de argumentar por esse modo de trabalho acadêmico e os desdobramentos desse saber para um fazer antropológico ético. Sobretudo quando essa imposição da razão se concretiza na certeza da neutralidade como fundamento (com noções bastante restritas de neutralidade, é claro). Essa pretensa confusão no momento de realização do trabalho etnográfico, argumentamos, não parece existir de fato, mas sua relação, entrevista na atuação da ABA, torna mais complexa tanto a produção do conhecimento, quanto a prática dos imperativos éticos, ao pressupor que esses não se relacionam por subordinação. Essas parecem ser ferramentas de trabalho que vale a pena reconhecer e defender, de maneira a construir amparos para relativizar os ataques que justamente pressupõem a impermeabilidade objetiva da etnografia e que, ao fazê-lo, terminam por reproduzir situações de exploração.

O que gostaríamos de argumentar, afinal, é que atentar para esse arquivo de uma história de pesquisas e atuações nos permite reconhecer as próprias condições de sua realização: o poder que permeia esses processos (e aquele que objetiva-os em arquivos, evidentemente), se realiza em contextos mais amplos (sociais e culturais) de um período importante de nossa história. Um período que, levando em consideração os projetos alvos de grande parte dessas pesquisas arquivadas, está longe de ter terminado, e que continua a ser central na vida dos povos indígenas e outros grupos tradicionais, afetados por sua implementação - mas também, gostaríamos de ressaltar, para antropólogos e cidadãos da sociedade civil que vivem nesse país tão complexo e desigual.





Referências bibliográficas

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Sobre o Pensamento Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, 1988.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Os direitos do índio: ensaios e documentos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CORRÊA, Mariza. História da antropologia no Brasil – Projeto da Unicamp. *Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 2, nº 2, julho-outubro de 1995, p. 115-118.

CORRÊA, Mariza. *As reuniões brasileiras de antropologia: cinquenta anos (1953-2003)*. Brasília: ABA, 2003.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Tempo Imperfeito: uma etnografia de arquivo. *Mana*, vol. 10, n. 2, outubro de 2004, p. 287-322.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos. *Revista Estudos Históricos*, vol. 2, n. 36, julho-dezembro de 2005, p. 7-32.

KRENAK, Ailton. “A União das Nações Indígenas”. In: COHN, Sérgio (org). *Encontros — Ailton Krenak*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2015.

MILANEZ. “Se o bicho avançar, vamos encarar de pé”, diz Ailton Krenak”. *Carta Capital*, disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/201cse-o-bicho-avancar-vamos-encarar-de-pe201d-diz-ailton-krenak-1118.html>>. Acesso em 25 de junho de 2018.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. “Uma ABA indigenista? Notas para uma experiência singular do fazer antropológico”. In: ECKERT, Cornelia; GODOI, Emilia Pietrafesa de (orgs.). *Homenagens: Associação Brasileira de Antropologia - 50 anos*. Blumenau: Nova Letra, 2006.

POMPA, Cristina. “Os índios, entre antropologia e história: a obra de John Manuel Monteiro”. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB*, São Paulo, n. 74, 2.º semestre de 2012, p. 63-81.

STOLER, Ann Laura. Colonial archives and the arts of governance. *Archival Science*, vol. 2, 2002, p. 87-109.